



MAPEAMENTO DE BASES DE DADOS ABERTOS E PAINÉIS PARA CONSULTA

A ATUAÇÃO DA DPU E A AGENDA 2030









MAPEAMENTO DE BASES DE DADOS ABERTOS E PAINÉIS PARA CONSULTA

A ATUAÇÃO DA DPU E A AGENDA 2030





DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU

Defensor Público-Geral Federal

Daniel de Macedo Alves Pereira

Secretário-Geral de Articulação Institucional

Gabriel Saad Travassos

Secretária de Ações Estratégicas e Gestora Titular do Projeto

Roberta Pires Alvim

Assessora Técnica da Assessoria de Planejamento, Estratégia e Modernização da Gestão e Gestora Suplente do Projeto

Patrícia Araújo Gonçalves

Assessora Chefe da Assessoria de Planejamento, Estratégia e Modernização (ASPLAN)

Vanessa Meireles Barreto

Secretaria-Geral de Articulação Institucional

Christiane Teles

ASSESORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Secretária de Comunicação Social

Projeto gráfico

Bruno Freitas de Paiva

Diagramação

Bruno Freitas de Paiva

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD BRASIL

Representante Residente

Katyna Argueta

Representante Residente Adjunto

Carlos Arboleda

Representante Residente Assistente e Coordenadora da área programática

Maristela Baioni

Coordenadora da Unidade de Governança e Justiça para o Desenvolvimento

Moema Freire

Gerente de Projeto Senior

Gehysa Garcia

Associada de Projetos

Paola Stuker

Assistentes de Projetos

Michelle de Rezende Souza Mayara Priscilla Alves de Sena

Associada de Pesquisa

Lais Sette Galinari

B823p

Brasil. Defensoria Pública da União; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Mapeamento de bases de dados abertos e painéis para consulta: a atuação da DPU e a Agenda 2030. [recurso eletrônico] / Defensoria Pública da União; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Brasília: DPU; PNUD, 2023.

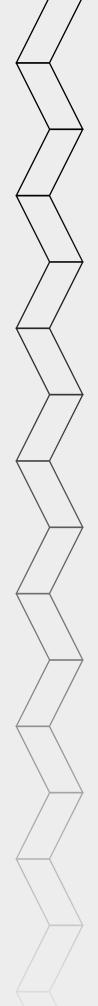
25 p., il. (DPU em linha com a agenda 2030)

e-ISBN 978-85-67132-38-9.

Projeto: Fortalecimento de Capacidades e Inovação Promovidas na DPU, em linha com a agenda 2030 ODS 16 — Paz, Justiça e Instituições Eficazes

1. Metodologia científica. 2. Método de pesquisa e análise. 3. Pesquisa jurídica 4. Agenda 2030. I. Título.

CDU: 303.1



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO DO MATERIAL	5
2. BASES DE DADOS ABERTOS COM INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A DPU	7
TABELA 1. MAPEAMENTO BASES DE DADOS DISPONÍVEIS PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS	8
3. PAINÉIS PARA CONSULTA COM INFORMAÇÕES ESTRATÉGIAS PARA DPU	19
TABELA 1. MAPEAMENTO DE PAINÉIS DISPONÍVEIS	20



A Defensoria Pública da União (DPU), por sua razão de ser, possui afinidade intrínseca com os temas da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Ao atuar na promoção dos direitos humanos e na garantia de acesso à justiça aos grupos em situação de vulnerabilidade, a DPU opera como um importante instrumento para o alcance dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial com o princípio de "não deixar ninguém para trás".

Comprometida em solidificar essa relação, a DPU celebrou parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e juntos lançaram o Projeto de cooperação técnica internacional "Fortalecimento de capacidades e inovação promovidas na DPU, em linha com a Agenda 2030". Tal iniciativa, abreviada como "DPU em linha com a Agenda 2030", busca fortalecer as capacidades e a promoção de inovação no órgão por meio da produção de estudos, metodologias e ações piloto. Estima-se que esses produtos maximizem a missão constitucional da instituição na promoção dos direitos humanos e na defesa, judicial e extrajudicial, dos direitos sociais.

Nesse contexto, a realização de pesquisas utilizando as bases de dados atualmente existentes e a consulta de informações disponíveis em painéis pode auxiliar os órgãos de promoção de direitos humanos da Defensoria Pública da União na coleta de informações necessárias ao *advocacy*, às ações de educação em direitos, à análise de políticas públicas, à adoção de providências extrajudiciais e judiciais necessárias ao cumprimento da missão institucional.

O Decreto nº 8.777/16¹ instituiu a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal com o objetivo de promover a publicação de dados contidos em bases de dados de órgãos e entidades da administração pública federal. O decreto visa aprimorar a cultura de transparência pública, facilitar o intercâmbio de dados produzidos/ acumulados entre os órgãos e entidades da administração pública federal, além de fomentar o controle social, o desenvolvimento de novas tecnologias e a pesquisa científica de base empírica sobre a gestão pública. Nesse contexto, atualmente existem 14498 conjuntos de dados abertos provenientes de 223 organizações no Portal Brasileiro de dados abertos².

Assim, o uso das bases de dados atualmente existentes permite a realização de pesquisas inéditas e alinhadas com a atuação da Defensoria Pública da União e da Agenda 2030. Como etapa inaugural, apresentamos a primeira versão do mapeamento das bases de dados e painéis de consulta estratégicos para a atuação da DPU em linha com a Agenda 2030. O critério para selecionar as bases e painéis aqui apresentados foi a relevância temática para subsidiar a atuação dos Grupos de Trabalho, dos defensores e defensoras regionais de direitos humanos e de outros órgãos da DPU que tenham por atribuição a análise

de políticas públicas voltadas à promoção dos direitos humanos.

O levantamento realizado em janeiro de 2023 identificou 24 bases de dados que podem ser utilizadas em pesquisas inéditas realizadas pela DPU e 18 painéis interativos de consulta que podem subsidiar a atuação de defensoras e defensores em diferentes âmbitos alinhados com a Agenda 2030. O mapeamento procurou identificar a base de dados, o órgão responsável, a natureza aberta ou restrita da base, a abrangência, o período, aproximação com as ODSs e outras informações relevantes para a atuação da DPU. Há também o link disponível em cada base para a consulta imediata. Destacamos que o repositório de bases de dados estratégicas para DPU será alimentado em fluxo contínuo, uma vez que a disponibilização de dados abertos está em constante aprimoramento, dada a política de dados abertos e os planos de disponibilização de dados abertos.

Espera-se que, com a primeira versão do produto, seja possível impulsionar pesquisas na Defensoria Pública da União que tenham efeito a curto, médio e longo prazo no papel do órgão como instituição de caráter nacional responsável pela promoção dos direitos humanos e defesa de pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade.

¹ BRASIL. Decreto № 8.777 de 11 de maio de 2016. **Institui** a **Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2016.

² Disponível em: < https://dados.gov.br/home >. Acessado em 23 de fevereiro de 2023.

BASES DE DADOS ABERTOS COM INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A DPU

Nesta seção são apresentados dados públicos provenientes de diferentes órgãos que possibilitam a realização de pesquisas inéditas em temas relacionados à atuação da DPU. Nessas bases são encontrados dados brutos para a realização de novas análises. Apesar dos dados estarem disponíveis para acesso, muitas possibilidades analíticas (cruzamentos, recortes e modelagens) ainda não foram exploradas, o que resultaria em estudos inéditos em temas de interesse para DPU e alinhados com a Agenda 2030. O acesso aos dados brutos, antes da realização de análises e tratamento dos dados, não permite a identificação de insights relevantes que serviriam como base para uma atuação direcionada baseada em evidências, sendo assim necessária a realização de pesquisas com a utilização dos dados.

Tabela 1. Mapeamento bases de dados disponíveis para a realização de pesquisas

BASE DE DADOS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	BASE ABERTA?	INFORMAÇÕES RELEVANTES DISPONÍVEIS	ABRANGÊNCIA	PERÍODO	ALINHAMENTO INTERNO - DPU	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	LINK DE ACESSO
Justiça em números	CNJ	Sim	Informações processuais por tribunal e vara. Dados sobre ocorrência casos novos, processos baixados, sentenças, indicando processo não criminal, criminal, violência doméstica, despesas dos tribunais. Quantitativos de execução de penas privativas de liberdade, execução de penas não privativas de liberdade.	Nacional	2005 a 2022	SAJ, SASP, GT Mulheres	16	Justiça em números
Planilha de autorização para constru- ção em terras indígenas	FUNAI	Sim	Constam 301 autorizações de autorização de construção em terras indígenas. Informação apresentada por aldeia, tipo de atendimento (energia, saneamento, escola, habitação), etnia e localização	-	2018 a 2021	GT comuni- dade indíge- nas	16	Construção terras indígenas
Planilha indíge- nas e processos criminais	FUNAI	Sim	Constam 50 processos criminais, indicando tipificação criminal, localidade, etnia, sexo, assistência jurídica (12 foram assistidos pela DPU), situação do processo.	-	2018 a 2020	GT Comuni- dades indíge- nas e SASP	16	Populações indígenas e processos criminais

BASE DE DADOS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	BASE ABERTA?	INFORMAÇÕES RELEVANTES DISPONÍVEIS	ABRANGÊNCIA	PERÍODO	ALINHAMENTO INTERNO - DPU	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	LINK DE ACESSO
PeNSE (Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar)	IBGE	Sim	Informações acerca de saúdes dos escolares (12 a 17 anos). Informações sobre idade, localidade, sexo, cor/raça/etnia, hábitos alimentares, atividade física, uso de álcool/ drogas, vitimização, saneamento básico e higiene, violência física e sexual, uso da rede de saúde, vacinação.	Nacional	2009 a 2019	GT Saúde, GT Políticas Etnorraciais, GT Mulheres	3, 4	PeNSE
Censo Agropecuário	IBGE	Sim	Informações sobre prática agrícola, tamanho das propriedades, uso de agrotóxicos, energia elétrica, extrativismo, forma que obteve a terra, obtenção por meio de reforma agrária, sexo, idade, escolaridade, raça/cor do produtor	Nacional	1996, 2006 e 2017	GT Moradia e Conflitos Fundiários, CTE Altamira	15, 16	Censo Agropecu- ário

BASE DE DADOS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	BASE ABERTA?	INFORMAÇÕES RELEVANTES DISPONÍVEIS	ABRANGÊNCIA	PERÍODO	ALINHAMENTO INTERNO - DPU	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	LINK DE ACESSO
Pesquisa Nacio- nal de Saúde (PNS)	IBGE	Sim	Informações de saúde de brasileiros. Variáveis de Localidade, área urbana/ rural, estrutura da residência, saneamento básico, acompanhamento unidade básica de saúde, cor/raça, educação, trabalho, utilização de serviços de saúde, saúde e padrão alimentar de crianças na primeira infância, indicador de saúde mental, pessoas com deficiência na família, padrão alimentar adulto, hábitos de estilo de vida, doenças crônicas, saúde da mulher, episódios de vitimização (violência física, sexual, psicológica), antropometria, renda domiciliar.	Nacional	2019	GT Saúde, GT Políticas Etnorraciais, GT Mulheres, GT Renda Básica	3, 5, 10, 16	Pesquisa Nacional de Saúde
Pesquisa Nacio- nal de Sanea- mento Básico	IBGE	Parcial/ dados agrega- dos	Serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos 5570 municípios do país. Os resultados disponíveis estão agregados.	Nacional	2017	GT Saúde	6	Pesquisa Nacional Saneamen- to Básico

BASE DE DADOS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	BASE ABERTA?	INFORMAÇÕES RELEVANTES DISPONÍVEIS	ABRANGÊNCIA	PERÍODO	ALINHAMENTO INTERNO - DPU	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	LINK DE ACESSO
Controle de Tensões e Conflitos Agrários	INCRA	Não	Informações sobre tensões e conflitos agrários no Brasil. No momento, a base não está aberta mas encontra-se no plano de disponibilização de dados da instituição com meta para disponibilização de fevereiro 2023. Sob responsabilidade da Câmara de conciliação agrária.	Nacional	-	GT Moradia e Conflitos Fundiários	10, 16	Controle de Tensões e Conflitos Agrários
Sistema de Gestão Fundiária - módulo titulação de terras públicas	INCRA	Não	Apresenta dados sobre regularização fundiária de ocupantes de terras públicas da União. Base de dados sob responsabilidade da Diretoria de Governança Fundiária. Apesar de estar no plano de dados abertos do INCRA com meta de abertura para dezembro de 2022 a base não foi encontrada para acesso.	Nacional		GT Moradia e Conflitos Fundiários	10, 16	Sistema Gestão Fundiária

BASE DE DADOS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	BASE ABERTA?	INFORMAÇÕES RELEVANTES DISPONÍVEIS	ABRANGÊNCIA	PERÍODO	ALINHAMENTO INTERNO - DPU	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	LINK DE ACESSO
Benefícios deferidos e indeferidos	INSS	Sim	Informações sobre benefícios deferidos e indeferidos. Espécie de benefício solicitado, tipo de cálculo, motivo indeferimento, CID (quando aplicável), data nascimento do solicitante, sexo, situação empregatícia, UF, data habilitação, clientela rural/urbana	Nacional	2018 a 2022	DNRH, DRDH	16	Benefícios deferidos e indeferidos INSS
Informações processuais INSS	INSS	Sim	Arquivo mensal contendo as informações processuais do INSS: Informações do Documento: Nº Comando, Nº do Protocolo, Nº Documento, Nº de Volumes, Classificação, Tipo do Documento, Data do Documento, Órgão Cadastrador, Nº Doc. na Origem, Origem, País, UF, Espécie, Assunto, Situação, Data Cadastramento, Data Recebimento, Circular. Informações do Andamento: Tipo Andamento (BRDP ou GTDA), Órgão Origem, Órgão Destino, Número Andamento, Ano Andamento, Destinatário, Data Andamento, Data Recebimento, Prazo Limite Resposta e Observação.	Nacional	2017 a 2022	DNRH, DRDH	16	Infor- mações processu- ais INSS

BASE DE DADOS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	BASE ABERTA?	INFORMAÇÕES RELEVANTES DISPONÍVEIS	ABRANGÊNCIA	PERÍODO	ALINHAMENTO INTERNO - DPU	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	LINK DE ACESSO
Comunicação acidente de trabalho - CAT INSS	INSS	Sim	Arquivo mensal contendo agente causador do acidente, CID-10, data do acidente, CNAE2.0 Empregador, filiação segurado, localidade, natureza da lesão, parte do corpo, sexo, data nascimento.	Nacional	2018 a 2022	DNRH, DRDH	16	<u>CAT</u>
Atlas da vulnerabilida- de social	IPEA	Sim	Informação por município de indicadores de vulnerabilidade social: Proporção de pessoas com abastecimento água/esgoto, índice de capital humano, renda e trabalho, proporção de pessoas com renda per capta inferior a meio salário mínimo, taxa analfabetismo, taxa desocupação da população com 18 anos ou mais, longevidade, educação, proporção crianças fora da escola, indicador de prosperidade social.	Nacional	2010 a 2015	DNRH, DRDH, CTE Renda Básica	1, 10, 16	Atlas vulnerabili- dade social

BASE DE DADOS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	BASE ABERTA?	INFORMAÇÕES RELEVANTES DISPONÍVEIS	ABRANGÊNCIA	PERÍODO	ALINHAMENTO INTERNO - DPU	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	LINK DE ACESSO
Censo SUAS	Ministério Cidadania (Secretaria Nacional de Assistência Social)	Sim	Caracterização das unidades de assistência social (CRAS, CREAS, Acolhimento, Centro DIA) e do atendimento realizado. Entre outras variáveis, contém informações sobre atendimento da assistência social a vítimas de tráfico de pessoas, vítimas de racismo, comunidades tradicionais, refugiados e migrantes, trabalho infantil, cobertura da assistência social na área rural.	Nacional	2017 a 2021	GTMar, GT Comunida- des tradi- cionais, GT comunidades indígenas, GT Vítimas de tráfico de pessoas	10, 16	Censo SUAS
Registro men- sal de atendi- mentos SUAS	Ministério Cidadania (Secretaria Nacional de Assistência Social)	Sim	Registro do atendimento da assistência social (CRAS, CREAS). Inclui registro de atendimento a vítimas de tráfico de pessoas, vítimas de racismo, comunidades tradicionais, refugiados e migrantes, vítimas de trabalho infantil.	Nacional	2017 a 2022	GTMar, GT Comunida- des tradi- cionais, GT comunidades indígenas, GT Vítimas de tráfico de pessoas	10, 16	RMA

BASE DE DADOS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	BASE ABERTA?	INFORMAÇÕES RELEVANTES DISPONÍVEIS	ABRANGÊNCIA	PERÍODO	ALINHAMENTO INTERNO - DPU	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	LINK DE ACESSO
Cadúnico	Ministério da Cidadania	Parcial / Dados agrega- dos	Famílias cadastradas em situa- ção de extrema pobreza, situa- ção de pobreza e baixa renda. Contém informações sobre idade, sexo, localidade.	Nacional	2012 a 2023	CTE Renda básica cidadã	1, 2, 10, 16	CadÚnico
SISDEPEN	Ministério da Justiça - Secretaria Nacional de Políticas Penais	Parcial	Informações acerca da estrutura do presídio, população, tipificação penal entrada no sistema penitenciário, tipo de regime.	Nacional	2008 a 2022	SASP e Grupo de Trabalho Pessoas em Situação de Prisão e Enfrentamen- to à Tortura (GTPSP)	16	SISDEPEN

BASE DE DADOS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	BASE ABERTA?	INFORMAÇÕES RELEVANTES DISPONÍVEIS	ABRANGÊNCIA	PERÍODO	ALINHAMENTO INTERNO - DPU	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	LINK DE ACESSO
SISVAN (Sistema de vigilância alimentar e nutricional)	Ministério da saúde	Sim	Estado nutricional crianças, adultos, idosos e gestantes, pertencimento a comunidades tradicionais (preenchimento opcional), raça/cor (preenchimento obrigatório).	Nacional	2008 a 2021	GT Saúde, GT Garantia à segurança alimentar e nutricional	2, 3	SISVAN
SINAN (Sistema de Informações de Agravos de Notificação)	Ministério da Saúde	Sim	Perfil da pessoa com agravo (nacionalidade, idade, sexo, cor/etnia, cidade do país). Agravos avaliados: acidente de trabalho, acidente por animais peçonhentos, atendimento antirrábico, botulismo, câncer relacionado ao trabalho, chagas, Chikungunya, cólera, coqueluche, dengue, difteria, esquistossomose, febre amarela, febre tifoide, hanseníase, hantavírus, hepatite viral, intoxicação, influenza, leishmaniose, malária, meningite, transtornos mentais relacionados ao trabalho, perda auditiva relacionado ao trabalho, peste, paralisia flácida aguda, pneumoconioses, raiva, sífilis, sífilis em gestante, tétano, tuberculose, violência doméstica/ sexual/ outras, Zika vírus	Nacional	1979 a 2023	GT Saúde, GT Garantia à segurança alimentar e nutricional, GT Mar, GT políticas et- norraciais, GT comunidades indígenas	3, 10	SINAN

BASE DE DADOS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	BASE ABERTA?	INFORMAÇÕES RELEVANTES DISPONÍVEIS	ABRANGÊNCIA	PERÍODO	ALINHAMENTO INTERNO - DPU	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	LINK DE ACESSO
SINASC (Sistema de Informações de Nascidos Vivos)	Ministério da Saúde	Sim	Informações sobre nascidos vivos: localidade, escolaridade mãe, número de filhos, semanas de gestação, tipo de parto, sexo, ápgar, raça/cor/etnia, peso ao nascer, malformação congênita ou anomalia cromossômica	Nacional	1979 a 2023	GT Saúde, GT políticas et- norraciais, GT comunidades indígenas	3	SINASC
SIM (Sistema de informações de mortalidade)	Ministério da Saúde	Sim	Informações sobre óbitos evi- táveis, óbito fetal, óbito infan- til, óbito materno, localidade, escolaridade, sexo, cor/raça/ etnia	Nacional	1979 a 2023	GT Saúde, GT políticas et- norraciais, GT comunidades indígenas	3	SIM
Ouvidoria Nacional de Direitos Huma- nos (ONDH)	Ministério Direitos Humanos e Cidadania	Sim	Dados das denúncias de vio- lação de direitos humanos e violência contra a mulher rece- bidas pelo Disque 100, Disque 180 e aplicativo Direitos Hu- manos Brasil registradas junto à central de atendimento da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH). Tipificação das denúncias e localidade.	Nacional	2011 a 2022	DNDH, DRDH, GT mulheres, GT comunidades tradicionais, GT políticas etnorraciais, GT comu- nidadades indígenas, GT identidade de gênero e cidadania	5, 10, 16	ONDH

BASE DE DADOS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	BASE ABERTA?	INFORMAÇÕES RELEVANTES DISPONÍVEIS	ABRANGÊNCIA	PERÍODO	ALINHAMENTO INTERNO - DPU	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	LINK DE ACESSO
Dados Secretaria de Trabalho (STRAB)	Ministério do trabalho e previdência	Não	Dados sobre trabalho análogo à escravidão, programa alimentação trabalhador, empresas que trabalham com amianto e benzeno. As bases de dados estão no plano de abertura de dados do Ministério do Trabalho e previdência com data de abertura para 2021 porém ainda não estão disponíveis no portal de dados abertos.	Nacional	-	GT Assistência a pessoas vítimas de tráfico humano, GT Assistência trabalhadoras e trabalhadores resgatados de situação de escravidão	10, 16	STRAB
Dados migra- ção e solicita- ção de refúgio	Portal de Imigração - Ministério da Justiça	Sim	Microdados sobre migrantes e solicitação de refúgio: Idade, data, localidade, postos de tra- balho de migrantes, raça, sexo.	Nacional	2010 a 2022	GTMar	10, 16	ObMigra

PAINÉIS PARA CONSULTA COM INFORMAÇÕES ESTRATÉGIAS PARA DPU

Nesta seção são apresentados painéis com informações acessíveis e com dados agregados. Os painéis permitem a consulta direta por parte de defensoras e defensores a informações relevantes a respeito de temáticas relacionadas à atuação da DPU.

Tabela 1. Mapeamento de painéis disponíveis para consulta

PAINEL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INFORMAÇÕES RELEVANTES DISPONÍVEIS	ALINHAMENTO INTERNO - DPU	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	LINK DE ACESSO
Pessoas com deficiência no sistema de justiça	CNJ	Apresenta a incidência e distri- buição de pessoas com defici- ência que trabalham no poder judiciário	SAJ, GT PcD	16	Pessoas com deficiên- cia no judiciário
Justiça em números	CNJ	Apresenta um panorama do sistema judiciário brasileiro e dos fluxos processuais	SAJ	16	Justiça em números
Módulo de produtividade mensal	CNJ	Dados dos fluxos processuais por tribunal e vara	SAJ, CTE Rio Doce/ Brumadinho	16	Módulo de produtivi- dade mensal
Acompanhamento de processos de grande repercussão	CNJ	Dados de processos de grande visibilidade, como Brumadinho, Mariana, Boate Kiss, Chacina de Unaí	CTE Rio Doce/ Brumadinho	16	Processos grande repercussão
Diversidade raça/cor funcionário de tribunais	CNJ	Caracterização da diversidade de raça/cor de funcionários e magistrados dos tribunais	GT Políticas Etnorra- ciais	16	Diversidade tribunais
Diagnóstico saúde men- tal magistrados e servi- dores TJs no contexto da pandemia Covid-19	CNJ	Apresentação dos dados da pesquisa sobre saúde mental e poder judiciário no contexto na pandemia Covid-19	SAJ, GT Saúde	3, 16	Saúde mental magis- trados e servidores

PAINEL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INFORMAÇÕES RELEVANTES DISPONÍVEIS	ALINHAMENTO INTERNO - DPU	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	LINK DE ACESSO
Logística sustentável no poder judiciário	CNJ	Apresentação dos dados da pesquisa sobre sustentabilidade no poder judiciário	SAJ	12, 16	Logística sustentável poder judiciário
Judicialização da socie- dade: Acesso a saúde pública de qualidade	CNJ	Apresentação dos dados da pesquisa sobre processos relacionados ao acesso à saúde	GT Saúde	3, 10, 16	Acesso saúde pública
Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias	DEPEN	Informações sobre estrutura dos presídios, população, tipifi- cação penal entrada no sistema penitenciário, tipo de regime	SASP e Grupo de Trabalho Pessoas em Situação de Prisão e Enfrentamento à Tortura (GTPSP)	10, 16	Informações peniten- ciárias
Censo Agropecuário	IBGE	Resume características dos es- tabelecimentos agropecuários, de estabelecimentos agropecu- ários em terras indígenas e por raça/cor do produtor	GT comunidades indígenas	15, 16	Censo agropecuário
Painel INCRA assentamento	INCRA	Caracterização e distribuição dos assentamentos no territó- rio brasileiro	GT Moradia e Confli- tos Fundiários, CTE Altamira	10, 16	Painel assentamentos
Altas da Violência	IPEA	Apresenta os principais indicadores de violência do país por região, tipo de violência e perfil da vítima	DNDH, DRDHs, GT políticas etnorraciais, GT comunidades indígenas, GT identi- dade de gênero	5, 10, 16	Atlas da violência

PAINEL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INFORMAÇÕES RELEVANTES DISPONÍVEIS	ALINHAMENTO INTERNO - DPU	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	LINK DE ACESSO
Atlas da vulnerabilidade social	IPEA	Indicadores de vulnerabilidade social por região, UF e municí- pio	CTE Renda Básica Cidadã	1, 2, 10, 16	Atlas vulnerabilidade social
Atlas do desenvolvimen- to humano no Brasil	IPEA	Indicadores de população, saú- de, educação, renda, habitação, vulnerabilidade, meio ambiente e participação política em todo território brasileiro	CTE Renda Básica Cidadã	10	Atlas desenvolvimento humano
Painéis de monitoramento SUS	Ministério da Saúde	Painéis de monitoramento de Nascidos Vivos, Excesso de cesáreas, Regularidade envio dados sobre natalidade, mortalidade por causas específicas, mortalidade prematura por doenças crônicas, mortalidade infantil e fetal, mortalidade materna, qualidade da definição da causa da morte, regularidade no envio de dados de mortalidade	GT Saúde	3	Painéis SUS

PAINEL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INFORMAÇÕES RELEVANTES DISPONÍVEIS	ALINHAMENTO INTERNO - DPU	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	LINK DE ACESSO
Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos	Ministério Direi- tos Humanos	Apresentação sobre os dados de denúncia de violação dos direitos humanos e violência contra mulher (antigo dique 100 e disque 180). Apresenta caracterização das denúncias por faixa etária, região do país, sexo, vítimas LGBTQIA+, perfil da vítima e perfil do agressor. Dados semestrais.	DNDH, DRDH, GT mulheres, GT comu- nidades tradicionais, GT políticas etnor- raciais, GT comu- nidades indígenas, GT identidade de gênero e cidadania	10, 16	Ouvidoria nacional direitos humanos
Monitoramento trabalho condição análoga à escra- vidão, tráfico de pessoas e trabalho infantil	Ministério do Trabalho	Informações estatísticas da ins- peção de trabalho no Brasil: Dis- tribuição por UF e informações sobre FGTS, PcD, Acidentes de trabalho, trabalho escravo, tra- balho escravo/ tráfico de pesso- as e trabalho infantil	GT Assistência trabalhadoras e trabalhadores resga- tados de situação de escravidão	10, 16	Monitoramento traba- Iho análogo à escravi- dão
SISVAN	Ministério Saúde	Indicadores sobre alimentação e estado nutricional de adultos e crianças por região/ UF / Mu- nicípio, raça/cor, escolaridade, pertencimento a comunidades tradicionais e povos indígenas	GT Saúde, GT Ga- rantia à segurança alimentar e nutricio- nal	2, 3	SISVAN

PAINEL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INFORMAÇÕES RELEVANTES DISPONÍVEIS	ALINHAMENTO INTERNO - DPU	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	LINK DE ACESSO
Painel global vítimas de tráfico humano	OIM	Dados globais sobre tráfico de pessoas indicando país de origem, país onde a vítima foi localizada, finalidade do tráfico, tipo de violência identificada para coerção, data, sexo da vítima, idade. Foram identificadas na base 32 brasileiras, vítimas de tráfico humano para fins de exploração sexual, identificadas no EUA entre 2018 e 2019.	GT Assistência e proteção à vítima de tráfico de pessoas	16	Vítimas tráfico humano
Relatórios OBMigra	Portal Imigração - Ministério da Justiça	Apresenta relatórios mensais sobre migrações, solicitações de refúgio e condição de traba- lho de migrantes	GTMar	16	ObMigra





